

Demonstrações Financeiras

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	6
Demonstração dos resultados	7
Demonstração dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Building a better
working world

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Building a better
working world

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Infraestrutura da concessão

Como divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, a Companhia possui registrado ativo financeiro de concessão no montante de R\$ 2.405.702.129 mil. Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.2 e nº 3.10, o saldo do ativo financeiro de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro garantido pelo Poder Concedente conforme o contrato de concessão, descontado pela TRAF - Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro de concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da Receita Anual Permitida – RAP que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

Esse assunto foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades e grau de julgamento atrelados ao processo de avaliação do ativo financeiro, bem como a magnitude dos montantes envolvidos e a natureza do processo de mensuração aplicado pela Companhia, o qual envolve planilhas de cálculo complexas e que são manualmente atualizadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados aos cálculos do ativo financeiro de concessão; (ii) a avaliação do critério de reconhecimento e mensuração do ativo financeiro de concessão; (iii) a obtenção e teste das planilhas de cálculo preparadas pela Companhia, além de seu confronto com os registros efetuados no sistema contábil; e (iv) recálculo do ativo financeiro de concessão, incluindo a mensuração e o reconhecimento da receita de remuneração do ativo financeiro de concessão e da receita dos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão, com o auxílio de nossos especialistas internos na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, correspondente ao IFRIC 12.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados para a mensuração do ativo financeiro de concessão, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento do ativo financeiro de concessão bem como as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.



Building a better
working world

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Building a better
working world

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Building a better
working world

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador/CRC-1RJ090174/O-4

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressos em reais)

	Nota	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	135.522.647	87.121.917
Despesas antecipadas	6	1.183.126	1.121.332
Impostos a recuperar		4.115.702	617.724
Adiantamentos a fornecedores e empregados		10.237.249	461.081
		151.058.724	89.322.054
Não circulante			
Despesas antecipadas	6	1.308.220	2.429.552
Depósitos judiciais e cauções		69.000	36.000
Impostos a recuperar		7.397.593	-
Ativo financeiro amortizável	7	2.405.702.129	482.835.908
Imobilizado	8	1.004.853	208.013
Intangível	9	251.265	-
		2.415.733.061	485.509.473
Total do ativo		2.566.791.785	574.831.527
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	349.608.668	24.180.836
Empréstimos e financiamentos	11	578.492.519	-
Tributos e contribuições sociais		9.954.623	564.477
Salários e encargos sociais	12	12.608.554	3.290.147
		950.664.364	28.035.460
Não circulante			
Tributos diferidos	13	223.634.123	33.140.366
Outras contas a pagar		104.759	104.759
		223.738.882	33.245.125
Patrimônio líquido			
Capital social	14.a	1.971.001.000	543.001.000
(-) Capital a integralizar		(405.550.000)	-
Prejuízos acumulados	14.b	(173.062.461)	(29.450.058)
		1.392.388.539	513.550.942
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.566.791.785	574.831.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional líquida	15	1.589.940.258	276.815.260
Custo da operação	16	<u>(1.664.246.099)</u>	<u>(293.969.466)</u>
Prejuízo bruto		<u>(74.305.841)</u>	<u>(17.154.206)</u>
Despesas			
Gerais e administrativas	17	<u>(25.174.904)</u>	<u>(11.428.883)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(99.480.745)</u>	<u>(28.583.089)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	17.754.323	4.277.183
Despesas financeiras	18	<u>(31.949.075)</u>	<u>(388.423)</u>
		<u>(14.194.752)</u>	<u>3.888.760</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(113.675.497)</u>	<u>(24.694.329)</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	19	(456.390)	-
Diferido	19	<u>(29.480.516)</u>	<u>(3.805.447)</u>
		<u>(29.936.906)</u>	<u>(3.805.447)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(143.612.403)</u>	<u>(28.499.776)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo do exercício	(143.612.403)	(28.499.776)
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>(143.612.403)</u>	<u>(28.499.776)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em reais)

	Capital social subscrito	(-) Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	20.001.000	-	(950.282)	19.050.718
Aumento de capital conforme AGE de 07 de março de 2016	34.000.000	-	-	34.000.000
Aumento de capital conforme AGE de 29 de abril de 2016	466.000.000	-	-	466.000.000
Aumento de capital conforme AGE de 03 de novembro de 2016	23.000.000	-	-	23.000.000
Prejuízo do exercício	-	-	(28.499.776)	(28.499.776)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	543.001.000	-	(29.450.058)	513.550.942
Aumento de capital conforme AGE de 13 de março de 2017	714.000.000	-	-	714.000.000
Aumento de capital conforme AGE de 30 de novembro de 2017	714.000.000	(405.550.000)	-	308.450.000
Prejuízo do exercício	-	-	(143.612.403)	(143.612.403)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.971.001.000	(405.550.000)	(173.062.461)	1.392.388.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Expressas em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício antes dos impostos	(113.675.497)	(24.694.329)
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Outras provisões	-	104.759
Juros das debêntures	28.492.519	-
Amortização de despesas antecipadas	1.059.538	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Ativo financeiro amortizável	(1.922.866.222)	(472.477.617)
Depósitos judiciais e cauções	(33.000)	-
Impostos a recuperar	(10.895.571)	(617.724)
Adiantamentos a fornecedores e empregados	(9.776.168)	630.777
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	325.427.832	24.165.836
Tributos e contribuições sociais	169.946.997	29.332.289
Salários e encargos sociais	9.318.407	-
Outros passivos	-	2.855.142
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>(1.523.001.165)</u>	<u>(440.700.867)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(796.840)	(208.013)
Aquisição de ativo intangível	(251.265)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(1.048.105)</u>	<u>(208.013)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	1.022.450.000	523.000.000
Debêntures	550.000.000	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	<u>1.572.450.000</u>	<u>523.000.000</u>
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>48.400.730</u>	<u>82.091.120</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>87.121.917</u>	<u>5.030.797</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>135.522.647</u>	<u>87.121.917</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

1. Informações gerais

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("Sociedade" ou "XRTE"), foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Sociedade tem a sua sede na Avenida Presidente Vargas, nº 955 - 13º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Grupo SGBH"), que é subsidiária da State Grid Corporate of China ("SGCC"), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1. Da concessão

Em 17 de julho de 2015, a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 007/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$988.030.985 e deságio de 19% frente à RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 22 de outubro de 2015. A Sociedade prevê entrar em operação em dezembro de 2019.

O projeto da Sociedade consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro:

- (i) Estação conversora de corrente alternada em contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e ± 800 kV junto à Subestação Xingu, no Estado do Pará; banco de transformadores conversores, equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônica; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivo eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo.
- (ii) Subestação Terminal Rio, no Estado do Rio de Janeiro, com pátio em 800kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 500kV com dois compensadores síncronos de (150/-75) Mvar, conectados por um banco de (3x100) MVA de transformadores monofásicos e uma unidade de reserva de 100 MVA e dois transformadores 500/13,8kV - 40 MVA, para atender os serviços auxiliares.
- (iii) Estação conversora de corrente alternada em corrente contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e ± 800 kV, junto à Subestação Terminal Rio; banco de transformadores conversores; equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônicas; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivos eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo.
- (iv) Linha de transmissão em corrente contínua em ± 800 kV entre as subestações Xingu e Terminal Rio, bipolo simples, com extensão aproximada de 2.534km com um cabo de para-raios em fibra óptica.
- (v) Primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão em 500kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 30km.
- (vi) Instalações vinculadas e demais instalações necessárias a funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária ("Lei nº 6.404/76"), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 ("Lei nº 11.638/07"), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 ("Lei nº 11.941/09"), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2018.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual foram de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

2.3. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Sociedade revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.4. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.5. Classificação circulante e não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses.

Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Ativo financeiro amortizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como "recebíveis" e registrado ao valor justo.

Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

3.3. Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

3.4. Ativo intangível

É avaliado com vida útil definida, mensurado ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.5. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos por diferenças tributáveis temporárias.

3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos

monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.10. Receita operacional

Receita de construção

A Sociedade contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: *(i)* a atividade fim da Sociedade é a transmissão de energia elétrica; *(ii)* toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e *(iii)* a Sociedade terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração de ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente por meio da RAP.

3.11. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Sociedade não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

3.12. Meio ambiente

Os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção do empreendimento e registrados no ativo imobilizado até o final da construção e serão depreciados pelo prazo de concessão.

3.13. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

4.1. Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual e em exercício anteriores:

Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.

Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.

Ciclos de melhorias anuais 2015-2017.

4.2 As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia adotará essas normas, tão logo entrem em vigor:

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada da classificação e da mensuração, considerando que a Companhia não adota contabilidade de hedge. Tomou por base informações atualmente disponíveis e poderá estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que serão disponibilizadas a Companhia em 2018, quando passará a adotar o CPC 48. Em geral, exceto pelo mencionado no tópico de Classificação e mensuração, abaixo, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(a) Classificação e mensuração - A Companhia continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo e espera que determinadas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários possam vir a ser mensuradas pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma vez que espera não só manter estas aplicações, mas também negociá-las de forma relativamente frequente.

As contas a receber, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia entende que as

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

A Companhia mantém estudos e discussões no setor de atuação quanto aos possíveis impactos da aplicação da norma. Estas análises e discussões, por sua natureza e complexidade e pela similaridade dos desafios e contratos inerentes a sua área de atuação envolvem não apenas a Companhia, mas outros participantes da indústria em que atua e da comunidade de negócios, tal como a ABRACONEE - Associação Brasileira de Contadores do Setor de Energia Elétrica.

Até a presente data, não existe entre os participantes do Setor um consenso no que diz respeito a adequada definição quanto à mensuração dos ativos financeiros da concessão, principalmente no que se refere a parcela a ser indenizada pelo poder concedente ao final da concessão. Dessa forma, até a data de conclusão destas demonstrações financeiras, não foi concluída a mensuração da implementação da referida norma contábil vigente a partir de janeiro de 2018. Cabe ressaltar que a Companhia divulga na nota explicativa nº 28.1 os valores de custo amortizado e justo de todo o seu ativo financeiro, incluindo a parcela a ser indenizada pelo poder concedente ao final da concessão e aquela a ser recuperável através da Receita Anual Permitida – RAP.

(b) Redução ao valor recuperável - A norma exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos e valores mobiliários e contas a receber, com base em 12 meses ou por toda a vida. As perdas de crédito esperadas são avaliadas pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes - A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia planeja adotar a nova norma com início a partir de 1º de janeiro de 2018 com base no método retrospectivo modificado.

A Companhia atua na construção, operação e manutenção e transmissão de energia elétrica, por meio de contratos de concessão estabelecidos em licitações realizadas pelo Poder Público para concessão de serviço público de transmissão.

Prestação de serviços de transmissão - Para contratos com a ANEEL em que geralmente se espera que a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão sejam as únicas obrigações de execução, a adoção da norma não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. A Companhia reconhece a receita ao longo tempo, conforme o serviço de disponibilização da rede de transmissão é prestado.

Contraprestação variável - Os contratos de concessão mencionam a parcela variável ("PV"), que consistem em uma parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. Atualmente, a Companhia reconhece a receita de transmissão mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos referentes a parcela variável, que dão origem a uma contraprestação variável. A norma exige que a contraprestação variável seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita. A Companhia não espera que a adoção da norma traga alterações, já que a PV reduz sua receita bruta. Adicionalmente, as multas incorridas pela penalidade na qualidade da prestação do serviço, atualmente são contabilizadas como despesa operacional. A nova regra, item 50 e 51, indica que a receita deve ser reconhecida líquida de descontos, abatimentos, penalidades e outros itens, portanto, a Companhia identifica que as multas a partir de 1º de janeiro de 2018 deverão ser registradas como redutora da receita e não como despesa operacional.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

Alocação do preço de venda - A Companhia contabiliza a remuneração do ativo financeiro e o serviço de operação e manutenção como entregas separadas e aloca a contraprestação de forma distribuída entre esses produtos, seguindo o definido nos contratos de concessão.

Na avaliação da Companhia a apropriação da contraprestação e, conseqüentemente, a época do montante de receita reconhecida não serão afetados.

Reconhecimento da receita ao longo do tempo - A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. De acordo com a norma, a Companhia continuará a reconhecer a receita desses contratos de serviços ao longo do tempo, atendendo ao exigido pela nova norma.

Exigências de apresentação e divulgação - As exigências de apresentação e divulgação da norma são mais detalhadas e como exigido, a Companhia desagrega as receitas reconhecidas de contratos com clientes em categorias que descrevem a natureza, o montante e o fato das receitas e dos fluxos de caixa serem afetados por fatores econômicos. A Companhia possui apenas um segmento operacional.

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A norma também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as atualmente.

A norma entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Em 2018, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da norma nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e depósitos bancários	194.800	11.263
Aplicações financeiras	<u>135.327.847</u>	<u>87.110.654</u>
	<u>135.522.647</u>	<u>87.121.917</u>

As aplicações financeiras, classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, são do tipo CDB, remuneradas pelo CDI.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

6. Despesas antecipadas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Apropriação de seguro patrimonial	2.491.346	3.550.884
	<u>2.491.346</u>	<u>3.550.884</u>
Circulante	1.183.126	1.121.332
Não circulante	1.308.220	2.429.552

Saldo refere-se ao seguro de garantia contratado junto à Austral Seguradora, amortizado de acordo com a vigência da apólice, e vencimento em 1º de março de 2020 (Nota explicativa 19).

7. Ativo financeiro amortizável

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial	482.835.908	10.358.291
Adições	1.930.263.815	472.477.617
Saldo final	<u>2.405.702.129</u>	<u>482.835.908</u>

A Sociedade reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Sociedade para remunerar o ativo financeiro reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento.

As concessões das linhas de transmissão de energia da Sociedade são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

8. Imobilizado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imobilizado em curso		
Máquinas e equipamentos	117.998	-
Equipamentos de informática	727.175	208.013
Móveis e utensílios	159.680	-
Total Imobilizado	<u>1.004.853</u>	<u>208.013</u>

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

Movimentação do Imobilizado:

	Em curso			Total
	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	
Custo				
31 de dezembro de 2015	-	-	-	-
Adições	-	208.013	-	208.013
31 de dezembro de 2016	-	208.013	-	208.013
Adições	117.998	519.162	159.680	796.840
31 de dezembro de 2017	117.998	727.175	159.680	1.004.853

9. Intangível

	2017	2016
Diferido em curso		
Software	251.265	-
Total intangível	251.265	-

Movimentação do intangível:

	Software	Total
Custo		
31 de dezembro de 2015	-	-
Adições	-	-
31 de dezembro de 2016	-	-
Adições	251.265	251.265
31 de dezembro de 2017	251.265	251.265

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

10. Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores relacionados à construção	257.346.977	12.067.006
Fornecedores relacionados à construção - Partes relacionadas	90.976.622	10.853.360
Prestadores de serviços	114.373	162.035
Gastos ambientais e fundiários	833.099	1.088.933
Outros	337.597	9.502
Saldo final	<u>349.608.668</u>	<u>24.180.836</u>

11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

<u>Credor</u>	<u>Encargos</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Debêntures - Série única	104,5% da Taxa DI	578.492.519	-
		<u>578.492.519</u>	<u>-</u>

Movimentação do empréstimo no exercício de 2017:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial	-	-
Emissão de debêntures	550.000.000	-
Juros provisionados	28.492.519	-
Saldo final	<u>578.492.519</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor das debêntures, emitidas em 20 de maio de 2017, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária, tem como vencimento e quitação a data de 20 de maio de 2018.

12. Salários e encargos sociais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Férias	2.285.563	975.353
Tributos retidos na fonte sobre salários	740.277	301.363
Encargos sociais a pagar	3.038.362	427.301
Bônus	6.525.962	1.586.130
Saldo final	<u>12.608.554</u>	<u>3.290.147</u>

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

13. Tributos diferidos passivos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
PIS diferido	33.948.630	5.227.350
COFINS diferido	156.369.449	24.077.489
Imposto de renda diferido	24.497.091	2.820.241
Contribuição social diferida	8.818.953	1.015.286
	<u>223.634.123</u>	<u>33.140.366</u>

Os saldos são referentes a: (i) registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações, considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão; (ii) PIS e COFINS sobre a receita de construção (registrada de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção). Será realizada de acordo com o recebimento da receita da referida obras (ativo imobilizado da concessão).

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 07 de março de 2016 foi aprovado o aumento de capital em R\$34.000.000, mediante a emissão de 34.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 29 de abril de 2016 houve aumento de capital em R\$466.000.000, mediante a emissão de 466.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 03 de novembro de 2016 houve aumento de capital em R\$23.000.000, mediante a emissão de 23.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 13 de março de 2017 houve aumento de capital R\$714.000.000, mediante a emissão de 714.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 30 de novembro de 2017 houve aumento de capital R\$714.000.000, mediante a emissão de 714.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas parcialmente, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e parcialmente integralizado da Sociedade é de R\$1.971.001.000 (R\$543.001.000 em 31 de dezembro de 2016), dividido em 1.971.001.000 (543.001.000 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

b) Prejuízos acumulados

A Lei nº 6.404/76, no parágrafo único do art. 189, determina que o prejuízo do exercício seja apresentado na conta de prejuízos acumulados e deverá obrigatoriamente ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucro e pela reserva legal, nessa ordem. A Sociedade não possui reservas de lucro a serem absorvidas.

Em 31 de dezembro de 2017, o prejuízo acumulado da Sociedade é de R\$173.062.461 (R\$29.450.058 em 31 de dezembro de 2016).

15. Receita operacional líquida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional bruta		
Remuneração dos ativos da concessão	86.707.400	11.192.491
Receita de construção	1.664.246.099	293.969.466
	<u>1.750.953.499</u>	<u>305.161.957</u>
Deduções da receita operacional		
PIS diferido	(28.721.281)	(5.056.438)
COFINS diferido	(132.291.960)	(23.290.259)
	<u>(161.013.241)</u>	<u>(28.346.697)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.589.940.258</u>	<u>276.815.260</u>

16. Custo da operação

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custo de construção	(1.664.246.099)	(293.969.466)
Total do custo da operação	<u>(1.664.246.099)</u>	<u>(293.969.466)</u>

17. Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	(13.520.175)	(7.069.873)
Honorários e encargos	(1.633.987)	(672.765)
Serviços de terceiros	(3.794.993)	(2.048.374)
Taxas de importação	(2.297.416)	(526.835)
Viagens	(3.626.657)	(839.655)
Outros	(301.676)	(271.381)
Total das despesas gerais e administrativas	<u>(25.174.904)</u>	<u>(11.428.883)</u>

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

18. Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	17.754.323	4.277.163
Outras	-	20
	<u>17.754.323</u>	<u>4.277.183</u>
Despesas financeiras		
PIS sobre aplicações financeiras	(115.403)	(27.802)
COFINS sobre aplicações financeiras	(710.173)	(171.087)
Multas e juros	(98.639)	(129.090)
IOF	(1.678.543)	(60.444)
Juros das debêntures	(28.492.519)	-
Comissão bancária	(821.132)	-
Outros	(32.666)	-
	<u>(31.949.075)</u>	<u>(388.423)</u>
Resultado financeiro	<u>(14.194.752)</u>	<u>3.888.760</u>

19. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Corrente		
Imposto de renda	(333.993)	-
Contribuição social	(122.397)	-
	<u>(456.390)</u>	<u>-</u>
Diferido		
Imposto de renda	(21.676.850)	(2.798.123)
Contribuição social	(7.803.666)	(1.007.324)
	<u>(29.480.516)</u>	<u>(3.805.447)</u>
Total do imposto de renda e da contribuição social	<u>(29.936.906)</u>	<u>(3.805.447)</u>

Em 2017, a Sociedade calculou o imposto de renda e a contribuição social, como demonstrado a seguir:

Impostos correntes	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Apuração do lucro real	1.359.970	1.359.970	-	-
Base de cálculo total	1.359.970	1.359.970	-	-
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
Total	<u>333.993</u>	<u>122.397</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

Impostos diferidos	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Remuneração dos ativos da concessão	86.707.400	86.707.400	11.192.491	11.192.491
Base de cálculo total	86.707.400	86.707.400	11.192.491	11.192.491
% do imposto	25%	9%	25%	9%
Total	21.676.850	7.803.666	2.798.123	1.007.324

20. Meio ambiente

A Portaria nº 421/2011 estabelece procedimentos para o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica. Dentre eles, a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) com base no Termo de Referência emitido pelo órgão ambiental competente.

Os custos ambientais ocorridos no exercício estão diretamente relacionados à elaboração dos estudos ambientais, entre outras etapas do licenciamento relacionadas à obtenção da Licença Prévia, conforme determinado pelo órgão regulador ambiental. O total de custos com meio ambiente no exercício de 2017 foi de R\$10.920.040 (R\$ \$ 6.699.085 no exercício de 2016).

21. Seguros

A Sociedade possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Sociedade no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 007/2015-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública.

A garantia de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R\$700.000.000, com fim da vigência em 1º de março de 2020.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

22. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

<u>Partes relacionadas</u>	<u>Natureza de operação</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo circulante			
Outra contas a receber			
CET Brazil Transmissão de Energia Ltda.	(a) Nota de débito	-	75.000
		<u>-</u>	<u>75.000</u>
Passivo circulante			
Fornecedores			
CET Brazil Transmissão de Energia Ltda.	(b) Serviços de construção	-	10.299.000
China Electric Power Equipment and Technology Co.	(b) Serviços de construção	121.447.438	-
Nari Group Corporation	(b) Serviços de construção	50.878.986	-
XPTT Brasil Construção de Sistemas de Energia Elétrica Ltda.	(b) Serviços de construção	622.305	554.360
		<u>172.948.729</u>	<u>10.853.360</u>

(a) Refere-se aos tributos incidentes sobre o adiantamento de fornecedores realizado em 2016, a ser abatido na próxima nota fiscal.

(b) Referem-se aos saldos a pagar relacionados a prestação de serviço para a construção do projeto.

23. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Sociedade é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Sociedade é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2017 e 2016 a Sociedade não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Sociedade, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

23.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5	135.522.647	87.121.917
Ativo financeiro amortizável	7	2.405.702.129	482.835.908
Passivos mensurados pelo custo amortizado			
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores	10	349.608.668	24.180.836
Empréstimos e financiamentos	11	578.492.519	-

23.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Sociedade efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos cambiais

A Sociedade faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

c) Risco de liquidez

A Sociedade acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Sociedade é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Sociedade por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Sociedade.

24. Contingências

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável ou possível, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

25. Gestão do capital

A Sociedade utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.